



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003-2023 no
Ministério da Cultura: Vinte Anos de Travessia da
“Cultura Vai Tomar Posse”**

Tomás Alves Tentes de Ourofino

Brasília – DF

Dezembro/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003-2023 no
Ministério da Cultura: Vinte Anos de Travessia da
“Cultura Vai Tomar Posse”**

Tomás Alves Tentes de Ourofino

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Denílson Bandeira Coêlho e Coorientação do professor Frederico Bertholini Santos Rodrigues.

Brasília – DF
Dezembro/2023

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Denílson Bandeira Coêlho

Orientador

Instituto de Ciência Política

Universidade de Brasília (IPOL/UNB)

Professor Doutor Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Coorientador

Instituto de Ciência Política

Universidade de Brasília (IPOL/UNB)

Brasília – DF

Dezembro/2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Vanessa Terezinha Alves Tentes, pela companhia nesses 25 anos e por, desde cedo, ter me ensinado que os estudos se estendem por toda a vida. Pelas inúmeras situações vividas e obstáculos superados, por ser meu exemplo de mãe, profissional e estudante, agradeço à ela a vida e o apoio para conclusão deste trabalho.

Ao meu pai, João Venâncio Machado de Ourofino, do qual sinto inconsolável saudade, pelo inestimável apoio ao ensino e à cultura, pelos livros e CD's que me acompanham por toda a vida, por seu papel na formação de meus gostos, pelos primeiros shows, os passeios a museus e parques, pelo ensino da valorização da cultura brasileira, desde tenra idade, agradeço à ele.

À minha avó, Maria Alves Tentis, pelo amor e carinho incondicionais. Pelo inabalável apoio diante das mais diversas situações e caminhos que percorri durante minha vida. Por ter me ensinado o real valor da simplicidade e o respeito pela cultura dos povos interioranos, pelas raízes e o lar, para o qual posso sempre retornar, agradeço à ela.

Ao meu avô, Mauro Tentis dos Santos, pela base na qual se assenta minha família, pela vitrola deixada e que muito me acompanha, pelo som do rádio em que ouvíamos música sertaneja e Roberto Carlos, pelo amor aos netos e as memórias deixadas.

Aos amigos que fiz durante a graduação: Pedro Henrique, Daniel, Júlio César, Rafael, Vinícius, Alisson, Bruno, Omar, Augusto, Paulo. Pelos momentos vividos, as risadas e o persistente incentivo.

Ao grupo de música Puro Suco e seus três integrantes: Murica, Peres e MK. Por terem me dado a oportunidade de trabalhar com cultura e conhecer um pouco deste vasto mundo que é a produção cultural.

Agradeço a todas as professoras e todos os professores que atravessaram minha jornada e que me deram algo tão valioso como é o saber. Aos profissionais da Universidade de Brasília, do quadro e terceirizados, pela manutenção do espaço que frequentei e se tornou minha segunda casa durante tanto tempo. A Darcy Ribeiro, pela Universidade de Brasília e o amor ao Brasil.

RESUMO

Essa pesquisa qualitativa teve por objetivo analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023) e confrontá-los com a literatura da área de política cultural, a fim de situar a institucionalização da cultura no Brasil e a trajetória do processo de construção, fundação, extinção e refundação do Ministério da Cultura. Utilizando a Análise de Conteúdo Categorical buscou-se identificar nas primeiras comunicações endereçadas à sociedade brasileira, quais as variáveis categóricas, como conceitos, paradigmas, limitações e desafios, compareceram em seus discursos indicando a apropriação teórica e política em suas verbalizações. Foi possível constatar que o debate em torno dessas variáveis são centrais na discussão teórica sobre políticas culturais e que a assimilação das mesmas pelos agentes culturais é de relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. Outras cinco categorias emergiram nessa análise, política cultural, menção ao presidente, referência autobiográfica, perspectivas e referência à gestão anterior. Ao responder as questões de pesquisa anunciadas neste trabalho foi possível contribuir para a verificação dos conteúdos presentes nos discursos de posse e seus desdobramentos em políticas públicas. Assim, a centralidade da política cultural ou das políticas culturais foi constatada nos dados obtidos, o que corrobora as afirmações dos estudiosos mais expressivos da área.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Política Cultural. Ministério da Cultura. Discurso de Posse.

ABSTRACT

This qualitative research aimed to analyze the inauguration speeches of the Ministers of Culture of Brazil, Gilberto Gil (2003) and Margareth Menezes (2023) and compare them with literature in the area of cultural policy, in order to situate the institutionalization of culture in Brazil and the trajectory of the process of construction, foundation, extinction and refoundation of the Ministry of Culture. Using Categorical Content Analysis, we sought to identify in the first communications addressed to Brazilian society which categorical variables, such as concepts, paradigms, limitations and challenges, appeared in their speeches indicating theoretical and political appropriation in their verbalizations. It was possible to verify that the debate around these variables are central in the theoretical discussion on cultural policies and that their assimilation by cultural agents is of substantial relevance to guarantee the implementation of public policies. Another five categories emerged in this analysis, cultural policy, mention of the president, autobiographical reference, perspectives and reference to the previous administration. By answering the research questions announced in this work, it was possible to contribute to the verification of the contents present in the inauguration speeches and their consequences in public policies. Thus, the centrality of cultural policy or cultural policies was verified in the data obtained, which corroborates the statements of the most important scholars in the area.

Keywords: Public Policies. Cultural Policy. Ministry of Culture. Inaugural Speech.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
2	CAPÍTULO 1	
	REVISÃO DE LITERATURA.....	1
	Conceitos e Paradigmas de Política Cultural.....	1
	Arco histórico da institucionalização da Cultura e da criação do Ministério da Cultura.....	5
	Limitações e desafios das ações do Ministério da Cultura.....	7
3	CAPÍTULO 2	
	METODOLOGIA.....	13
4	CAPÍTULO 3	
	RESULTADOS.....	15
5	CAPÍTULO 4	
	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	23
6	REFERÊNCIAS.....	28
7	ANEXOS	
	ANEXO A.....	30
	ANEXO B.....	35
	ANEXO C.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACC	Análise de Conteúdo Categorial
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
FUNARTE	Conselho Nacional de Cinema e a Fundação Nacional de Arte
MinC	Ministério da Cultura
MONDIACULT	Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAC	Plano de Ação Cultural
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNCV	Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania- Cultura Viva
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SARS	Severe Acute Respiratory Syndrome
CoV	Coronavírus
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas culturais: paradigmas, agentes e modos de organização

Quadro 2 – Categorias Prévias com base na literatura da área de Política Cultural

Quadro 3 – Categorias *à priori* de acordo com as Questões de Pesquisa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos dados da Categoria 1 – Conceitos

Tabela 2 – Descrição dos dados da Categoria 2 – Política Cultural

Tabela 3 – Descrição dos dados da Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural

Tabela 4 – Descrição dos dados da Categoria 4 – Limitações

Tabela 5 – Descrição dos dados da Categoria 5 – Desafios

Tabela 6 – Descrição dos dados da Categoria 6 – Menção ao Presidente

Tabela 7 – Descrição dos dados da Categoria 7 – Referência Autobiográfica

Tabela 8 – Descrição dos dados da Categoria 8 – Perspectivas

Tabela 9 – Descrição dos dados da Categoria 9 – Referência Gestão Anterior

INTRODUÇÃO

“Na cultura há sempre riqueza, tudo é riqueza. Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura moderna ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, a sabedoria do repente ao RAP transformador, o baile Funk, a ginga da capoeira, o samba, da literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura. Esse núcleo estético e ético da vida.” (Menezes, 2023)

A institucionalização da cultura no Brasil é marcada por caminhos e descaminhos no processo de fundação, construção, extinção e refundação do Ministério da Cultura (MinC), configurada por uma travessia desafiadora do ponto de vista dos entendimentos quanto a sua necessidade, importância, impacto e influência no desenvolvimento do país (MORAES, 2019).

O arco histórico da existência do MinC revela saltos e sobressaltos em sua influência e poder de ação, permitindo revisitar as políticas culturais e compreender os variados períodos em suas tradições de ausências, autoritarismos e descontinuidades (BARBALHO, 2019; CALABRE, 2007). Nesse contexto, emerge a importância de situar o momento atual da Cultura no Brasil, das ideias, conteúdos e intencionalidades, presentes nos discursos de posse do Ministro Gilberto Gil e da Ministra Margareth Menezes à frente do MinC, uma vez que estes Ministros romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos.

A recriação do MinC, em 2023, trouxe em sua ativação, mais que possibilidades de implementação de Políticas Públicas, surgiu como um resgate da importância da cultura, como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, em um momento histórico e político frontalmente diferente do contexto de 2003. Embora não seja inédita, a politização da cultura nacional ganhou contornos desafiadores para a gestão, implicando a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural (CALABRE, 2019; MATA-MACHADO, 2023).

Nesta direção, este trabalho buscou analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023), identificando conceitos e paradigmas de Política Cultural, limitações, desafios e perspectivas futuras, em políticas públicas, a fim de compreender as motivações e os princípios que direcionaram a visão e o planejamento das ações do ministério.

A escolha por analisar os discursos proferidos na posse dos Ministros da Cultura, por ocasião do início dos governos de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República do Brasil, surgiu da curiosidade e da necessidade em entender a relevância dos primeiros direcionamentos políticos, endereçados aos mais variados setores e pessoas imbricados com a política cultural do país. Buscou-se nesse trabalho visibilizar as possíveis ações desses agentes públicos como promotores de políticas públicas, e suas posições ao se colocarem como capazes de impulsioná-las, promovê-las e determiná-las e de gerar desenvolvimento econômico, social e humano. Procurou-se também verificar se os posicionamentos dos Ministros desde suas primeiras manifestações foram capazes de romper com a ideia das tradições de ausências, autoritarismos, descontinuidades nas políticas culturais do Brasil (BARBALHO, 2019). Para compreender esses aspectos na contemporaneidade foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa: (a) Quais conceitos e paradigmas de Políticas Culturais estão presentes nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023? e (b) Quais limitações, desafios e perspectivas comparecem nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023, considerando cada tempo histórico?

A revisão de literatura realizada permitiu construir uma breve linha do tempo da institucionalização da cultura no Brasil desde a década de 1930, possibilitando assim, analisar alguns referenciais sobre os conceitos de cultura e de política; destacar as principais ações dos agentes e delinear um corpo teórico das políticas culturais, a fim de lançar luz sobre os anos 2003 e 2023, e assim situar os discursos objetos desse estudo.

O Capítulo 1, Revisão da Literatura, trará em sua primeira seção, a descrição dos conceitos e paradigmas de Cultura e Políticas Culturais. Na segunda seção será apresentado um arco histórico da institucionalização da cultura no país. Encerrando esse capítulo serão apontados os desafios e limitações apresentados pelos estudiosos da área.

No Capítulo 2, Metodologia, serão destacados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir o objetivo e responder as questões de pesquisa. Ao tempo que aponta a amostragem utilizada (discursos dos ministros) e descreve a Análise de Conteúdo Categorical (ACC) (BAUER, 2002).

Os Resultados serão exibidos no Capítulo 3, em que as Categorias formadas a partir da Análise de Conteúdo serão descritas, definidas e terão suas frequências apresentadas.

O Capítulo 4 trará as discussões dos resultados, as conclusões do estudo e possíveis implicações para trabalhos futuros na área de Política Cultural.

CAPÍTULO 1

REVISÃO DE LITERATURA

A questão da Cultura ou das Culturas têm ganhado centralidade na contemporaneidade, sobretudo pelo fortalecimento do processo de politização da cultura e das identidades culturais, influenciado por interesses econômicos, sociais e por desafios que se colocam diante de ideais e de ações que anunciam novas concepções e paradigmas sobre a cultura. Corroborando esse processo, se torna relevante a definição de cultura adotada a partir de 1982, com a Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura realizada no México pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Dessa conferência resultou a declaração acerca de políticas culturais, da qual o Brasil é signatário (UNESCO, 1982).

Dentre as intenções contidas nesse documento está a exigência de reconhecer que a cultura e o público são elementos plurais e que grupos que estavam à margem das ações culturais deveriam ser ouvidos e incluídos nas políticas públicas, que tratassem do tema. Essa perspectiva se manteve ao longo dos anos, influenciando o entendimento do conceito de cultura e política cultural. Assim, as conferências subsequentes reafirmaram esses princípios fundamentais para a cultura dos povos, sendo a mais recente realizada na Cidade do México, em setembro de 2022, na Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT/2022, evento esse que reuniu os Ministros da Cultura dos Estados-Membros da Unesco, para reafirmarem seus compromissos com uma sociedade multicultural, definirem prioridades quanto aos complexos desafios na esfera da cultura e declarar a importância do efeito transformador que a cultura pode trazer para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022).

Na direção do objetivo deste trabalho, esse capítulo revisou conceitos e paradigmas de política cultural, situou historicamente a institucionalização da cultura no Brasil e descreveu os possíveis avanços no plano das ideias, das limitações e dos desafios reconhecidos pelos estudiosos.

Conceitos e Paradigmas de Política Cultural

A complexidade que envolve a temática da cultura e as inúmeras tentativas de a definir ou conceituá-la são assuntos recorrentes na literatura sobre política cultural, dado

o conteúdo político e antropológico do debate. Combinando as várias definições, Mata-Machado (2023) discute três significações de cultura constituídas a partir dos sentidos trazidos pela Constituição Federal de 1988, são eles: (a) a cultura humana no sentido de modo de vida; (b) as culturas humanas no sentido de grupos representados em um tempo e território e (c) a cultura como conjunto de produções artísticas e intelectuais.

Nessa mesma direção, a Unesco (1982) oferece a seguinte definição de Cultura:

“A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”.

Visto pela lupa dessa definição, a cultura pode ser pensada como exercício de direitos, os direitos culturais consubstanciados na Declaração de Direitos Humanos, assim reconhecidos como civis, políticos, econômicos, sociais, e mais recentemente os direitos transindividuais (porque são devidos a coletivos e não a pessoas singulares).

Essas dimensões dos direitos à cultura reforçam a importância da política, implicando compromissos para que a cultura seja incluída nas estratégias governamentais de desenvolvimento e balizando o conceito de política cultural (MATA-MACHADO, 2023).

O mesmo processo de desenvolvimento conceitual ocorreu com a construção do conceito de Política Cultural. Alguns estudiosos se dedicaram a trazer uma definição que também reunisse sentidos e significados abrangentes. Um dos pioneiros e o mais influente nessa discussão conceitual é o teórico Néstor García Canclini que apresentou inicialmente, em 1987, o seguinte conceito:

“Conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (Canclini *apud* Costa, 2019, p. 7-8).

Essa formulação, referência básica sobre o tema, foi revisada e ampliada pelo próprio autor, ressaltando o aspecto da complexidade da relação que se estabelece frente

às noções pretendidas de política e de cultura, adicionando à definição de Política Cultural o complemento:

“Esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais, porém, precisa ser ampliada levando em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade” (Canclini *apud* Costa, 2019, p. 8).

Assim, as discussões em torno do conceito de Política Cultural se tornam ainda mais desafiadoras quando consideradas as questões práticas de gestão das políticas públicas, conforme pontuadas por Botelho (2011), ao destacar as dimensões sociológicas e antropológicas envolvidas na definição do termo cultura. Ampliando a direção desse entendimento, Rubim (2019) trabalha o conceito de Política Cultural a partir da transversalidade do campo cultural, que abrange todas as áreas da vida social, incluindo a economia, a diversidade, a pluralidade, os comportamentos e costumes e as particularidades dos variados campos de expressão da cultura brasileira.

Neste trabalho buscou-se entender a cultura em seu caráter mais amplo e passível de institucionalização, baseado nas contribuições teórico-conceituais propostas por Canclini (2019), dada a sua enorme contribuição e influência nos estudos de políticas culturais. Nas palavras do autor, “falamos de cultura como um conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (Canclini *apud* Severino, 2019, p. 126). Desse modo, também a questão das políticas culturais deverá consolidar e aprofundar a democracia, discutindo “que sociedade podemos e queremos construir” (SEVERINO, 2019).

A partir dos vários conceitos e concepções sobre Política Cultural foram se estruturando paradigmas de políticas culturais, sendo possível verificar seu desenvolvimento, nos marcadores presentes ao longo da trajetória da institucionalização da cultura.

Moraes (2019) e Severino (2019) destacam os seis paradigmas formulados por Canclini para as políticas culturais. Esses paradigmas são apresentados, a partir dos modos de organização da relação entre política e cultura, definindo os agentes que os regem e administram e os objetivos de desenvolvimento cultural: (1) Mecenato Liberal; (2) Tradicionalismo Patrimonialista; (3) Estatismo Populista; (4) Privatizações Neoconservadoras; (5) Democratização Cultural e (6) Democracia Participativa,

conforme descrito no Quadro 1.

Em reflexão sobre o conceito e os paradigmas originados do trabalho de Canclini, Severino (2019) acrescenta que mesmo com a passagem do tempo, não foram observados avanços em relação às dinâmicas de mercado, ou mesmo uma superação e distanciamento da ideia de mecenato. Por outro lado, a diversidade cultural e a redefinição do conceito de cultura possibilitaram alterações de caráter prático nas pautas políticas, principalmente nos anos finais do Século XX. Dentre essas alterações, pode-se citar a emergência da visibilidade social da cultura rural/camponesa e da cultura urbana periférica, enfatizadas por questões ecológicas e ambientais e seus desdobramentos, como por exemplo, o discurso das comunidades tradicionais e as lutas sobre o uso da terra.

Quadro 1– Políticas Culturais: paradigmas, agentes e modos de organização

Paradigmas	Principais agentes	Modos de organização da relação política-cultural	Concepções e objetivos do desenvolvimento cultural
Mecenato liberal	Fundações industriais e empresas privadas	Apoio à criação e distribuição discricionária da alta cultura	Difusão do patrimônio e seu desenvolvimento através da livre criatividade individual
Tradicionalismo patrimonialista	Estados, partidos e instituições culturais tradicionais	Uso do patrimônio tradicional como espaço não conflituoso para a identificação de todas as classes	Preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional
Estatismo populista	Estados e partidos	Distribuição dos bens culturais de elite e reivindicação da cultura popular sob o controle do Estado	Afiançar as tendências da cultura nacional-popular que contribuem à reprodução equilibrada do sistema
Privatização neoconservadora	Empresas privadas nacionais e transnacionais e setores tecnocráticos dos Estados	Transferência das ações públicas na cultura ao mercado simbólico privado	Reorganizar a cultura sob as leis do mercado e buscar o consenso através da participação individual no consumo
Democratização cultural	Estados e instituições culturais	Difusão e popularização da alta cultura	Acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos à fruição dos bens culturais
Democracia participativa	Partidos progressistas e movimentos populares independentes	Promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas	Desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos de acordo com suas próprias necessidades

Fonte: Canclini (2019)

Calabre (2010) também enfatiza que a mudança de paradigmas na construção de

políticas culturais, a partir da redemocratização, demorou mais de uma década e meia para se fortalecer, e somente no início dos anos 2000 é que surgiram iniciativas para a construção de instrumentos participativos na política cultural. Assim, a autora reafirma a atualidade do conceito proposto por Canclini ainda em 1987, quando este apontou que as políticas culturais são construídas a partir do envolvimento do Estado, da sociedade civil como um todo e na presença dos grupos comunitários organizados, destacando o caráter democrático das políticas culturais, entendidas como um direito do conjunto dos cidadãos e um dever do Estado.

Nessa linha de discussão acerca do conceito de políticas culturais, Canclini estabeleceu o que pode ser considerado, como objetivos básicos de uma política cultural: (a) orientar o desenvolvimento simbólico; (b) satisfazer as necessidades culturais das populações; (c) obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Em conclusão dessa revisão conceitual de cultura e de política cultural, vale ressaltar o que reafirma Calabre (2010). Para essa autora, a função de elaboração de políticas públicas na área da cultura deverá ser a de garantir plenas condições de desenvolvimento de todo o setor cultural e de valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, assim como a expressão da diversidade cultural.

O entendimento do que é cultura para a política e o que são Políticas Culturais, se tornou ainda mais necessário, considerando os vários princípios, conceitos e paradigmas que fundamentam a produção cultural e possibilitam suas expressões, ações e atuações pelos seus agentes, seja na esfera pública, privada ou do terceiro setor (BOTELHO, 2011).

Arco histórico da institucionalização da Cultura e da criação do Ministério da Cultura

As primeiras políticas públicas de cultura no Brasil decorrem das implementações historicamente realizadas no período do Governo Vargas (1930-1945), caracterizando assim o processo de institucionalização da política cultural, ainda guiado pelo paradigma tradicional-patrimonialista e com forte presença das instituições culturais tradicionais.

Conforme destaca Calabre (2007), a década dos anos de 1930 trouxe expectativas de mudanças na institucionalização da cultura no Brasil, dentre as ações consolidadas tem-se a criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura (CNC), em 1938.

Nos anos que se seguiram e, principalmente no período compreendido entre 1945 e 1964, o que se assistiu foi uma emergência paradigmática da privatização

neoconservadora (Canclini *apud* Severino, 2019). Desmembrado em 1953, o Ministério da Educação e Saúde deu origem a dois ministérios: o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Nesse período, a perspectiva de avanço na área da cultura se deu basicamente no campo da iniciativa privada e foi observada uma transferência das ações públicas da cultura ao mercado simbólico privado. O Estado não alterou sua estrutura anterior, apesar de criar o novo ministério, suas ações diretas foram tímidas e sem grande vulto (CALABRE, 2007).

A partir de 1964, os rumos da política nacional afetaram frontalmente a produção cultural daquele momento. O governo militar orquestrou uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Na esteira dessas mudanças, em 1966, foi proposta a reformulação do CNC, com o objetivo de organizar uma estrutura capaz de elaborar uma política cultural de alcance nacional. Essa política nacional só viria à tona em 1973, com o lançamento do Plano de Ação Cultural (PAC), visando, entre outros objetivos, promover a preservação do patrimônio artístico e histórico e a difusão de atividades artístico-culturais em todo o país. Em 1975 surgiu a Política Nacional de Cultura e a criação de diversos aparatos institucionais que cerceavam o campo cultural, como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) (CALABRE, 2007). Nesse mesmo período, a institucionalização da cultura alcançou os estados e municípios, sendo a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, criada em 1979, a primeira de nível estadual (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 185).

A década de 1980 assistiu à redemocratização e a criação do Ministério da Cultura. Em 1982 e 1983, os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, respectivamente, criaram suas secretarias estaduais de cultura, em que foram empossados Darcy Ribeiro e José Aparecido de Oliveira, como secretários. Com a criação de outras secretarias, estaduais e municipais, houve a possibilidade da formação de um Fórum Nacional de Secretários de Cultura, cuja primeira edição teve lugar em Curitiba em 1983, com a presença de secretários de treze estados, tendo como articulador José Aparecido. Esse secretário, entre outras questões, defendia a necessidade de uma pasta autônoma para o setor cultural, por meio de uma ampla discussão das diretrizes e objetivos da política cultural, a ser gerida pelos poderes públicos, Federal, Estadual e Municipal.

Como resultados das discussões ensejadas pelos encontros subsequentes promovidos pelo Fórum destacaram-se os problemas orçamentários, o financiamento da cultura, a integração das ações entre os agentes federados de cultura, a comunicação e a

nacionalização da cultura. Para além dessas constatações, esses encontros se consolidaram como espaços políticos de articulação para a criação do Ministério da Cultura, como parte do momento de transição democrática, que acontecia na política do país. É importante ressaltar que a criação do Ministério da Cultura foi alvo de variados debates durante a década de 1980, envolvendo representantes de diversos espectros políticos, gestores e a classe cultural e artística, sendo desde então um território de disputas quanto à necessidade de um ministério para a área cultural, em suas múltiplas dimensões.

Em 15 de março de 1985, por meio do Decreto nº 91.144 publicado no Diário Oficial da União (BRASIL, 1985), o presidente empossado José Sarney criou o Ministério da Cultura (MinC), honrando os compromissos assumidos por ele e Tancredo Neves durante a campanha eleitoral e nomeou como ministro José Aparecido, responsável e articulador da criação do Ministério junto aos secretários estaduais de cultura (ARRUDA; FERRON, 2019, p.185).

Limitações e desafios das ações do Ministério da Cultura

Com estrutura administrativa mínima e sem dotação de verbas, o MinC nasceu sem recursos materiais e humanos. Por essa razão, entende-se por que, em menos de seis meses, em 29 de maio de 1985, José Aparecido deixou o ministério, passando a ocupar o cargo de governador do Distrito Federal, pois seu exercício lhe renderia maior benefício político (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 188).

O arco histórico da existência do MinC revela uma realidade que impele à reflexão sobre os rumos da cultura, da sociedade e do desenvolvimento, provocando questionamentos sobre as políticas culturais adotadas nos variados períodos, cujos principais marcadores revelam instabilidades, ausências, autoritarismos e descontinuidades de ações nas políticas públicas para a cultura (BARBALHO, 2019; CALABRE, 2007). A própria história do ministério se configura como arcabouço de grandes desafios e limitações e se confunde com esses movimentos vivenciados pela Política Cultural.

Os primeiros anos do Ministério da Cultura foram marcados por uma intensa instabilidade institucional em meio à troca de ministros, denúncias de corrupção e

desmandos dos gestores. Em 2 de junho de 1986 foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney, sendo a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, com o objetivo de estimular o campo da produção artística-cultural brasileira (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 188). Mesmo assim, o ministério continuou enfrentando problemas relacionados à sua frágil estrutura. Em 1990, Fernando Collor chega à cadeira presidencial e o Ministério da Cultura e seus órgãos são extintos, tornando insuficiente a já insipiente estrutura que o ministério possuía.

Em quase dois anos, o governo federal não realizou qualquer investimento em cultura ou definiu qualquer política cultural, somente em 23 de dezembro de 1991 foi promulgada a Lei nº 8.313, instaurando o Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecido popularmente como Lei Rouanet, uma política cultural baseada na renúncia fiscal, tal como a Lei Sarney. O Ministério da Cultura foi recriado no ano seguinte, 1992, sob a presidência de Itamar Franco, e em 1993 foi promulgada a Lei do Audiovisual, mais uma política cultural pautada em renúncia fiscal. Essas políticas, voltadas aos interesses do mercado e com pouca interferência do Ministério, confirmaram o que seria a política cultural nacional nos anos de 1990 e na virada do milênio (CALABRE, 2007, p. 94).

As disputas políticas e controvérsias que marcaram os anos iniciais da existência do MinC foram responsáveis pela descaracterização dos conteúdos e demandas ansiados pela área cultural. Dessa forma, essas disputas ao invés de reforçarem o prestígio e a consistência nas políticas culturais impulsionaram premissas alheias as reais necessidades daquele momento, o que ressaltou as fragilidades apontadas pelas críticas, quanto à prematuridade na criação do MinC (Botelho *apud* Arruda; Ferron, 2019, p. 188). No que pese todo o movimento de julgamentos, desmoralização e desarticulação assistidas no curto período de existência do ministério, Arruda e Ferron (2019) mostram que os acontecimentos foram determinantes na construção do corpo institucional e tornaram-se parte do projeto e da identidade adquirida pelo MinC, lançando também os limites e desafios enfrentados pelo ministério desde sua criação como pasta única.

Com o Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, consagrou-se o modelo de políticas culturais voltadas ao mercado e baseadas em leis de incentivo fiscal, que transferiram à iniciativa privada o poder de decisão, sobre quais ações ou projetos culturais deveriam ou não receber os incentivos públicos (CALABRE, 2007, p. 95). Para Botelho (2019), o período de aprofundamento da política neoliberal prejudicou ainda mais o Ministério da Cultura e ficou marcado pelo entendimento da “cultura é um bom negócio”, esvaziando a discussão em torno de

políticas culturais, diretrizes e prioridades do ministério e preenchendo o quadro ministerial, com pessoas pouco qualificadas, resultando em enorme concentração na aplicação de recursos, geralmente endereçados a um pequeno grupo de produtores e artistas renomados. Dessa maneira, o papel da cultura no desenvolvimento nacional parece ter sido deixado de lado.

Esse foi o cenário herdado por Gilberto Gil quando empossado Ministro da Cultura, em 1º de janeiro de 2003. Entre os estudiosos brasileiros, que se dedicaram a compreender o movimento das políticas culturais no Brasil, não há consenso com relação à essa escolha de gestor para a pasta do MinC (BARBALHO, 2019; BOTELHO, 2011; CALABRE, 2007; MORAES, 2019). À despeito dessa divergência, esses autores concordam que os interesses, as críticas e as controvérsias, dos períodos anteriores na história do MinC, repercutiram na escolha e no tom da chegada de Gilberto Gil ao Ministério. As posições se convergem também quanto ao imenso capital simbólico do então Ministro, trazido pelo artista, que na esteira de sua biografia colhe reconhecimento público e amplo significado à cultura brasileira.

Outro aspecto de conformidade para a área cultural, destacado pelos estudos, é a mudança de paradigmas observados desde o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil, representando um salto paradigmático, o que leva Botelho (2011) a afirmar que “o discurso bem articulado conceitualmente, abre caminho para o que considero um dos momentos mais importantes, do ponto de vista das políticas culturais no Brasil”. Para Botelho (2011), as políticas culturais alcançaram um lugar de possibilidades com a chegada do Ministro Gilberto Gil amparado por um repertório de vivências, lutas e construções assertivas acerca das ideias de cultura, representando um novo tempo para a Cultura e para as Políticas Culturais.

Em resumo, observa-se que a partir de 2003, a narrativa das políticas públicas de cultura e política cultural foi modificada pelo Ministro Gil durante o Governo Lula, tornando-se sinônimo de cidadania cultural, sobretudo por promover os direitos culturais, tanto na dimensão do acesso universal do cidadão aos bens simbólicos da cultura, quanto na provisão de recursos para que o cidadão se tornasse ativo na ação cultural, não apenas como consumidor, mas podendo vir a ser protagonista na cultura, configurando-se então na primeira geração de políticas públicas democráticas de cultura (MORAES, 2019).

Dentre essas políticas, a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Emenda Constitucional 48 de 2005, trouxe avanços quanto à integração das ações do poder público de defesa e de valorização do patrimônio cultural brasileiro, de tal

magnitude, que em anos subsequentes se desdobrou no Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2012, instituído pela Emenda Constitucional 71, daquele ano.

Ainda em 2004, impulsionado pelo paradigma de cidadania cultural e pelo processo de democratização do setor, a efetivação dessas premissas se dá pelo Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania- Cultura Viva (PNCV) cujo objetivo foi o de articular e fomentar ações provenientes de agentes culturais periféricos e comunitários, para aumentar e validar o alcance de suas ações. Para o Ministro Gilberto Gil, fortalecer o protagonismo cultural de grupos e comunidades populares, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, era mais que desafios, se tornaram metas dentro dos variados projetos e programas criados e desenvolvidos em sua gestão (MORAES, 2019) .

Além de todo simbolismo histórico e identitário que carregou a nomeação como Ministro do cantor, compositor e ex-vereador, essa mudança na pasta do MinC trouxe para a discussão paradigmas e conceitos diversos do modelo até então normalizado para a cultura do país. Mudanças que surgiram como um novo capítulo nos desafios das políticas culturais no Brasil.

Esse capítulo novo, iniciado com o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil (GIL, 2003), trouxe em sua essência elementos fundamentais para a estruturação de políticas de produção cultural, ao mesmo tempo que apresentou “novos” conceitos ao campo cultural, que se não implementados conforme idealizados, abriram espaço para outros tempos no MinC. Mudanças em termos de propósito e pressupostos envolveram os mais distintos núcleos de cultura e as mais diversas expressões culturais, na tentativa de trazer para a fala do Ministro, o papel de agente transformador, acrescentando que o acolhimento das distinções é importante na estrutura relacional de consumo das produções culturais. Essas distinções apresentadas pelo Ministro Gil, podem ser compreendidas a partir das formulações de Bourdieu, que constrói uma correspondência entre práticas culturais e classes sociais, evidenciando as relações de poder como categorias de dominação pelo capital cultural (BOURDIEU, 2007).

O conjunto de ideias e ações desenvolvidas pelo Ministro Gilberto Gil, se não continuado nos anos que se seguiram à sua passagem pelo MinC, nos anos de 2003 a 2008, também não foi de pronto interrompido, assim, há entendimento entre os estudiosos da área das Políticas Culturais, sobre o legado nascido naquele discurso de 02 de janeiro de 2003 (MORAES, 2019), cuja a consolidação é alimentada nos anos que se seguem, na estruturação do MinC, com a confirmação de políticas de Estado, se sobrepondo ao que

inicialmente se propunha como política de governo (CALABRE, 2007). Esse alinhamento é continuado no segundo mandato do governo do Presidente Lula, com a presença do Ministro Juca Ferreira à frente do MinC, propondo algumas alterações pouco substanciais, na estrutura proposta para a Cultura realizada por seu antecessor.

A trajetória não linear, mas consonante com as propostas e princípios do arcabouço defendidos por Gilberto Gil, segue seu fluxo até o golpe sofrido pela Presidente Dilma Roussef, e a ruptura desencadeada no MinC, açoiado e desmobilizado a partir do ano de 2016, já na gestão do Presidente Michel Temer, culminando no desmonte do MinC, que foi desacreditado de sua importância, influência e de suas políticas, até a sua extinção no ano de 2019 (BOTELHO, 2019). O MinC foi extinto pelo Presidente Jair Bolsonaro em 2019, por meio do Decreto 9.674, de 2 de janeiro de 2019 e transformado em uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania, pelo Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, para em seguida ter sua gestão levada para Ministério do Turismo, mostrando as muitas idas e vindas da cultura nesse período, trocas sucessivas de lideranças e ações que impactaram negativamente o setor cultural.

Esse foi o contexto que dominou a cena política da cultura do país, essa estrutura veio a substituir definitivamente o MinC e acrescentar múltiplas camadas de limites e desafios à área cultural. Nesse período, a posição política do governo federal em relação à cultura fez emergir posições desoladoras, a ponto de expressões importantes da cultura brasileira como, Chico Buarque de Holanda declarar “Com esses ministros é preferível que a Cultura não tenha ministério” (El PAÍS, 2019).

A retomada da cultura insurgiu como um dos pilares do terceiro mandato do Governo do Presidente Lula, movida pela atmosfera de críticas, rupturas e inúmeras necessidades que surgiram na gestão anterior, não apenas pelos retrocessos observados pelos atores e agentes culturais, mas também em função dos impactos sofridos pela área cultural frente as limitações e restrições vivenciadas no período da pandemia SARS-COV2/COVID19, a partir de 2020. O agravamento da pandemia para o setor cultural se deu inclusive por falta de políticas públicas garantidoras de direitos para essa população. Assim, em 01 de janeiro de 2023, com a posse do Presidente Lula para seu terceiro mandato, foi anunciada a volta do MinC e apresentado o nome de Margareth Menezes como Ministra da Cultura.

A Ministra Margareth Menezes chegou ao ministério com a responsabilidade de resgatar o MinC como instituição forte e promover a reinserção do Brasil nas discussões

e propostas internacionais de políticas culturais e desenvolvimento, ao tempo que assumiu a grande tarefa de motivar, validar e organizar a recuperação do setor cultural internamente, assim como foi metaforicamente ilustrado em seu discurso “a Cultura vai tomar posse” (MENEZES, 2023). Recolocar o Brasil de volta no contexto das políticas culturais mundiais significa reafirmar o compromisso da comunidade internacional para com os urgentes e complexos desafios contemporâneos de nossas sociedades multiculturais e estabelecer prioridades comuns e programas para o futuro, que aproveitem plenamente o efeito transformador da cultura para o desenvolvimento sustentável, MONDIACULT – 2022, (UNESCO, 2022).

Os referenciais aqui revisitados delinearam um corpo teórico das políticas culturais em nosso país, a fim de possibilitar o entendimento dos dados coletados e os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo dos discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023), objetos deste estudo.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

Para responder as questões de pesquisa foi realizada a análise de conteúdo, dos discursos de posse pronunciados pelos Ministros da Cultura em 2003 e 2023, a fim de buscar os sentidos e os significados das comunicações realizadas, utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo Categorical (ACC), que permite inferências sobre determinados aspectos dos objetos analisados, conforme proposto por Bauer (2002):

Ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma. A fim de criar nova informação desse texto. [...] A validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém (BAUER, 2002, p. 191).

Para Bauer a análise de conteúdo deve atender à dois aspectos fundamentais: (a) exploração do material e (b) tratamento dos dados. Para isso, é sugerido oito passos que compreendem: (1) seleção do texto; (2) definição da amostra; (3) definição do referencial de codificação; (4) teste-piloto da codificação e revisão do referencial de codificação; (5) teste de fidedignidade dos códigos; (6) codificação dos materiais; (7) construção dos arquivos de dados (frequências) e (8) preparação de um folheto (*codebook*) com os referenciais de codificação e distribuição de frequências de todos os códigos, para atendimento aos requisitos da análise de conteúdo (fidedignidade, transparência, confiabilidade, replicabilidade) (Bardin *apud* Sampaio, 2021).

Neste estudo a amostragem se definiu por propósito e relevância, sendo determinados os discursos dos Ministros na íntegra (Anexos A e B). Ou seja, como Unidade Amostral foram considerados os discursos separadamente e a Unidade de Análise ou Unidade de Registro foi por temas, conferidos a cada parágrafo. A ACC consistiu em encontrar os núcleos de sentido que compuseram a fala dos Ministros e cuja frequência constituiu a formulação de Categorias apontando elementos para responder as questões de pesquisa.

As categorias pré-identificadas compuseram a formulação do folheto ou livro de códigos, com base nos conceitos, paradigmas, desafios, limitações e perspectivas advindos dos estudos na área de Políticas Culturais e extraídos dos discursos proferidos pelos Ministros por ocasião da posse.

Para tanto, a formulação das categorias obedeceu aos critérios, sendo homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas, adequadas, claras e não ambíguas, apontou convergências e divergências, conforme sugerido por Sampaio (2021).

A fim de garantir a confiabilidade, foi preparado um quadro para a análise, composto por: (a) categorias e seus códigos; (b) breve descrição das categorias; (c) definição completa das categorias; (d) regras para aplicar e não aplicar os códigos. O teste de confiabilidade foi obtido por espaço de tempo de duas semanas entre as codificações realizadas por um único codificador. As categorias coincidentes e suas respectivas frequências foram mantidas como codificação final e utilizadas para a análise de conteúdo dos discursos.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS

Esse capítulo propõe descrever os dados obtidos por meio da análise de conteúdo dos discursos dos Ministros da Cultura Gilberto Gil e Margareth Menezes.

Primeiramente, apresentam-se os resultados alcançados nas análises prévias dos conteúdos da literatura da área. Em seguida, será destacado o discurso de cada ministro e as categorias de análise. A apresentação dos resultados foi estruturada obedecendo-se a seguinte organização: uma tabela das categorias que compõem cada agrupamento (extraídas do conjunto dos discursos), com respectiva distribuição de frequência. Os temas ou conteúdos verbalizados em cada categoria e seleção de verbalizações, literalmente transcritas, ilustrativas de cada categoria. Ao final, serão apresentados os resultados globais que contemplam os dados obtidos nos dois discursos de forma a favorecer comparação entre ambos.

A Análise de Conteúdo Categorical foi realizada inicialmente a partir dos textos elencados na revisão da literatura. Utilizando a técnica de leitura flutuante proposta por Bardin, os termos e temas mais recorrentes foram destacados (BARDIN, 1977, p. 60-63). Essa técnica de leitura permitiu elencar possíveis categorias prévias. Assim, o conjunto categorial que emergiu desse processo foi descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias Prévias com base na literatura da área de Política Cultural

Categorias Prévias		
Conjunto de códigos presentes na literatura da área de política cultural		
Agenda cultural	Fundamentos	Neoliberalismo
Agentes Culturais	Gestão	Papel do Estado
Autoritarismo	Gestores	Paradigmas
Conceitos	Governo	Participação popular
Cultura – conceito	Identidade cultural	Patrimônio
Cultura popular	Incentivo	Perspectivas
Cultura erudita	Institucionalização	Política Cultural
Desenvolvimento	Leis	Políticas Públicas
Democracia	Leis de incentivo	Políticos na cultura
Democratização cultural	Limitações	Potencial transformador
Direitos Humanos	Mercado	Produção Cultural
Direitos Culturais	Ministérios	Público
Desafios	Ministérios da Cultura	Redemocratização
Estado	Ministros	Simbolismo
Financiamento	Mecenato	Simbólico

Para responder às questões de pesquisa 1 e 2 foram definidas categorias *à priori*, com base nos termos centrais utilizados na elaboração das questões (BAUER, 2002), conforme destacado na Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias *à priori* de acordo com as Questões de Pesquisa

Análise de Conteúdo Categorical	
Questões de Pesquisa	Categorias <i>à priori</i>
Questão de Pesquisa 1 – Quais conceitos e paradigmas de Políticas Culturais estão presentes nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023?	Conceito Políticas Culturais Paradigma
Questão de Pesquisa 2 – Quais limitações e desafios comparecem nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023, considerando cada tempo histórico?	Desafios Limitações

Para assegurar a transparência e a fidedignidade no processo de análise de conteúdo, foi construído o livro de códigos, descrito no Anexo C, que subsidiou a organização e descrição das categorias. Foi aplicado o teste piloto para validação das categorias, por meio da leitura dos discursos por sentenças e parágrafos, extraíndo-se, então, os conteúdos recorrentes e significativos e o registro de suas frequências.

A partir das categorias definidas *à priori* foram identificados os conteúdos presentes nos discursos proferidos pelo Ministro Gilberto Gil, destacado como GIL, e pela Ministra Margareth Menezes, destacada como MARGARETH, nos exemplos de fala que justificam as categorias. Neste processo também foram adicionadas novas categorias, à medida em que as sentenças não se agrupavam às categorias prévias.

Analisadas as sentenças ou parágrafos dos discursos e realizada a codificação, emergiu do discurso do Ministro Gilberto Gil um total de 154 verbetes ou períodos passíveis de codificação. No discurso da Ministra Margareth Menezes esse número foi de 136 verbalizações codificadas. Para definir a frequência total de cada categoria a totalização de verbalizações codificadas foi 290 verbetes.

As tabelas a seguir apresentam a definição de cada categoria, ilustram os conteúdos verbalizados e codificados dos discursos, as frequências distribuídas em cada em cada categoria e por fim a frequência total.

Questão de Pesquisa 1 – Quais conceitos e paradigmas de Políticas Culturais estão presentes nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023?

Os resultados mostrados na Tabela 1 apontaram frequência expressiva para a Categoria 1 – Conceito, para ambos os ministros, mostrando que a questão conceitual e de fundamentação dos seus argumentos, ideias e pensamentos estavam pautados por um direcionamento teórico, identitário, mas também dotado de simbolismos, assim pode-se confirmar que os discursos trouxeram relevância conceitual, a medida que os ministros pautaram em definir, caracterizar e apresentar suas ideias quanto ao arcabouço que envolve a área de Política Cultural.

Tabela 1 – Descrição dos dados da Categoria 1 – Conceitos

Categoria 1 – Conceitos
Definição: “Representação de um objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário de Termos Epistemológicos e de Metodologia Científica, UNIFAE).
Subcategorias: 1.1 Definição 1.2 Anteposição 1.3 Simbolismo 1.4 Distinção
Exemplo de Verbalizações: <i>“Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.” (GIL)</i> <i>“Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura moderna ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, da sabedoria do repente ao RAP transformador, o baile Funk, a ginga da capoeira, o samba, da literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura. Esse núcleo estético e ético da vida. (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 42 (27,27%)
Frequências Margareth (136): 25 (18,38%)
Frequência Total da Categoria (290): 67 (23,1%)

A Tabela 2, a seguir, mostra que as manifestações da Ministra Margareth foram expressivas, em números totais representaram o dobro das verbalizações proferidas pelo Ministro Gil. Os exemplos destacados dão a dimensão do entendimento de ambos acerca das políticas culturais e as possíveis mudanças para a sociedade, por meio da cultura. Ambos destacaram seus entendimentos do que é Cultura transformados em Políticas Culturais, dando materialidade ao conceito.

Tabela 2 – Descrição dos dados da Categoria 2 – Política Cultural

Categoria 2 – Política Cultural
Definição: “Modo de intervenção, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.
Subcategorias:
Exemplo de Verbalizações:
<i>“Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado.” (GIL)</i>
<i>“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 10 (6,49%)
Frequências Margareth (136): 20 (14,71%)
Frequência Total da Categoria (290): 30 (10,34%)

Sobre os paradigmas em políticas culturais efusivamente destacados na literatura da área, pelo trabalho de Canclini, os dados sinalizaram que os ministros em alguns momentos de suas verbalizações os mencionaram de maneira indireta, conforme destacado na Tabela 3.

Tabela 3 – Descrição dos dados da Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural

Categoria 3 – Paradigmas Política Cultural (García-Canclini)
Definição Paradigma: mecenato liberal, tradicionalismo paternalista, estatismo populista, privatização neoconservadora, democratização cultural, democracia participativa. Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural. CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.
Subcategorias:
3.1 Mecenato liberal
3.2 Tradicionalismo paternalista
3.3 Estatismo populista
3.4 Privatização conservadora
3.5 Democratização cultural
3.6 Democracia participativa
Exemplo de Verbalizações:
<i>“É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca.” (GIL)</i>
<i>“A criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras e a falta de entendimento do significado da força da produção cultural do Brasil. Me emocionei com inúmeros relatos de luta do meio da cultura, para o reconhecimento de seus direitos e a busca incessante de espaço e dignidade.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 21 (13,64%)
Frequências Margareth (136): 10 (7,35%)
Frequência Total da Categoria (290): 31 (10,69%)

Na Categoria 3, foi o Ministro Gilberto Gil que explorou os vários paradigmas, buscando uma direção para a concepção de desenvolvimento cultural, que supere a velha política no fazer cultural. Enquanto a Ministra Margareth destaca a ruptura com paradigmas que agridem a existência da cultura e dos agentes da cultura. Para tanto, a Ministra se ateu às necessidades atuais da sociedade, o que pode ser indiretamente associado ao paradigma representado na subcategoria Democracia Participativa.

Questão de Pesquisa 2 – Quais limitações e desafios comparecem nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023, considerando cada tempo histórico?

As limitações enfrentadas pelo Ministério da Cultura foram verbalizadas por ambos os ministros. Pode-se observar na Tabela 4 que, em termos de verbalizações, a codificação mostrou equilíbrio quanto às frequências. Embora se tenha verificado baixa frequência nessa categoria, a dimensão das limitações para a área da cultura e seus desdobramentos em políticas culturais são expressivos, pois representam múltiplas camadas de impedimentos.

Tabela 4 – Descrição dos dados da Categoria 4 – Limitações

Categoria 4 – Limitações
Definição: Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.
Subcategorias: 4.1 Limites/ Fragilidades
Exemplo de Verbalizações: <i>“Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira.” (GIL)</i> <i>“Durante a pandemia os artistas brasileiros sofreram como nunca, o prejuízo econômico do setor artístico cultural, foi de aproximadamente de 63 bilhões segundo pesquisas recentes. (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 14 (9,09%)
Frequências Margareth (136): 11 (8,09%)
Frequência Total da Categoria (290): 25 (8,62%)

Os desafios são a tônica dos dois discursos, pautados com mais evidência pelo Ministro Gil em torno da criação de um projeto consistente e criativo, com metas e produções que coloquem o povo em suas mais variadas expressões de cultura na centralidade das políticas culturais, com a definição clara do papel do Estado e a ruptura com a lógica do mercado. A Ministra Margareth apresentou os desafios mais urgentes da sua pauta, destacando a ausência das políticas positivas para a cultura nos anos anteriores,

destacando as políticas de negação da gestão que a antecedeu e o grande desafio de recriação do MinC, conforme indicado na Tabela 5.

Tabela 5 – Descrição dos dados da Categoria 5 – Desafios

Categoria 5 – Desafios
Definição: Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.
Subcategorias: 5.1 Meta 5.2 Tarefa
Exemplo de Verbalizações: <i>“E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros.” (GIL)</i> <i>“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver. Com isso, o próprio Brasil ficou mais calado, apequenado, triste. Tentaram nos calar.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 29 (18,83%)
Frequências Margareth (136): 9 (6,62%)
Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)

A codificação revelou quatro novas categorias, descritas na Tabela 6, que foram incorporadas ao corpo dos resultados para a realização da análise de conteúdo.

Tabela 6 – Descrição dos dados da Categoria 6 – Menção ao Presidente

Categoria 6 – Menção ao Presidente
Definição: citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política.
Subcategorias: 6.1 Citação simbólica. 6.2 Citação nominal.
Exemplo de Verbalizações: <i>“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança.” (GIL)</i> <i>“O Presidente Lula disse que não vai apenas governar, mas cuidar...” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 9 (5,84%)
Frequências Margareth (136): 13 (9,56%)
Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

A categoria descrita na Tabela 6 emergiu durante a análise de conteúdo e se refere às menções dirigidas à figura do Presidente Lula. Essa categoria emergiu de modo transversal às demais categorias definidas *à priori* e destaca a importância atribuída ao seu papel de chefe do Executivo e, portanto, agente maior das políticas culturais. Os Ministros creditam ao Presidente Lula os princípios e direcionamentos dos projetos de

mudança na área cultural e o fortalecimento do Ministério da Cultura.

A vinculação com a pessoa do presidente, o simbolismo de suas ideias, sua origem, assim como de sua trajetória profissional e política, estiveram presentes nos dois discursos. Os dados revelados por essa categoria possibilitaram compreender a aproximação dos ministros indicados, com o Presidente Lula e as interconexões entre esses protagonistas.

Tabela 7 – Descrição dos dados da Categoria 7 – Referência Autobiográfica

Categoria 7 – Referência Autobiográfica
Definição: Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência a fato ou características relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.
Exemplo de Verbalizações: <i>“Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo.” (GIL)</i> <i>“Eu Margareth Menezes da Purificação, sou cidadã brasileira de raízes afro-indígena, criança nascida na periferia de Salvador, na península de Itapagipe, no estado da Bahia, do Nordeste brasileiro, cantora, compositora, sou artista popular e trago dentro do meu peito um amor pelo Brasil diverso, por esse povo lindo, forjado na resistência, símbolo de alegria de viver e da diversidade, que tanto nos orgulha, por sua capacidade de sínteses abertas e de reivindicações infinitas, reinvenções infinitas, desculpem.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 7 (4,55%)
Frequências Margareth (136): 15 (11,03%)
Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

Junto às menções ao Presidente Lula, emergiram também as menções realizadas pelos discursantes acerca de suas próprias trajetórias e visões sobre cultura e do papel do Ministério da Cultura, dados apresentados na Tabela 7.

Tabela 8 – Descrição dos dados da Categoria 8 – Perspectivas

Categoria 8 – Perspectivas
Definição: Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança ou de metas a serem atingidas no futuro.
Subcategorias: 8.1 Mudanças 8.2 Potencial
Exemplo de Verbalizações: <i>“Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país.” (GIL)</i> <i>“Faremos parte da reconstrução do nosso país, como artistas, gestores, e agora mais que nunca, com a potência econômica.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 22 (14,29%)
Frequências Margareth (136): 16 (11,76%)
Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)

Na mesma proporção dos desafios que apareceram nos discursos dos novos ministros, surgiram também as perspectivas de mudança e os potenciais de concretização das metas estabelecidas pelos gestores, como as mudanças em relação ao tratamento destinado à cultura dentro do governo, resultados apresentados na Tabela 8.

Por fim, emergiu no discurso da Ministra Margareth Menezes uma nova categoria que até então não havia sido observada no discurso do Ministro Gilberto Gil: menções ou referências diretas e indiretas em relação as gestões anteriores. Essas menções foram reunidas na Tabela 9, descrita abaixo.

Tabela 9 – Descrição dos dados da Categoria 9 – Referência Gestão Anterior

Categoria 9 – Referência Gestão Anterior
Definição: Citação ou referência aos governos ou gestões anteriores, assim como também às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC ou de suas ações.
Subcategorias: 9.1 Ministros Anteriores 9.2 Gestão Anterior
Exemplo de Verbalizações: <i>“E, por que o MinC foi extinto? Obviamente não foi porque ele é irrelevante. Mas, justamente pelo contrário. Quem o extinguiu, sabe da nossa importância.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 0 (0%)
Frequências Margareth (136): 17 (12,5%)
Frequência Total da Categoria (290): 17 (5,86%)

Tendo encerrado a apresentação dos resultados, no capítulo seguinte serão discutidos os dados aqui expostos, bem como algumas reflexões sobre este estudo.

CAPÍTULO 4

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Essa pesquisa qualitativa analisou os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023), confrontados com a literatura acerca de política cultural, para situar a institucionalização da cultura no Brasil e a trajetória do processo de construção, fundação, extinção e refundação do Ministério da Cultura. Foi possível constatar que o debate em torno dos conceitos e dos paradigmas é tema central na discussão teórica sobre políticas culturais e de relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. Assim, buscou-se identificar a presença dessa apropriação teórica na fala dos Ministros em suas primeiras comunicações endereçadas à sociedade brasileira.

A importância desse registro confirma o que pontuou Botelho (2019) ao analisar a opção conceitual do Ministro Gilberto Gil. Para a autora, o ministro investiu na recuperação de um conceito abrangente de cultura, que na sua gestão passou a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significou assumir a dimensão simbólica da existência social, como um conjunto dinâmico de todos os atos criativos do povo brasileiro. Em resumo, a autora considera o discurso do ministro como bem articulado conceitualmente, inaugurando um novo tempo para as políticas culturais do Brasil. Botelho ainda destaca o entendimento do Ministro Gilberto Gil sobre cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidade, espaço de realização e de cidadania.

Em Canclini (2019, p. 45-86), encontramos o conceito de política cultural e os paradigmas políticos da ação cultural, estes últimos definidos a partir dos agentes sociais que sustentam as ações culturais, da forma como é estruturada a relação entre política e cultura e da concepção de desenvolvimento cultural de cada paradigma. Os resultados alcançados mostraram categorias de análise capazes de identificar conceitos e paradigmas, bem como destacar as limitações, desafios e perspectivas futuras da Política Cultural e do Ministério da Cultura do Brasil, na sustentação da fala dos ministros, corroborando as contribuições basilares de Canclini para a área de política cultural, sobretudo na América Latina.

Os dados da Categoria 1 – Conceito, de maior frequência para ambos os ministros, confirmam que os discursos estavam alinhados com a relevância conceitual, ao tempo

que trouxeram a marca da trajetória pessoal e política de cada um deles, na adoção dos conceitos e paradigmas de cultura e de política cultural. Para Calabre (2019) e Mata-Machado (2023) a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural tornou-se desafiador para a gestão da cultura, em função da forte politização da cultura nacional na última década. Percebe-se nas verbalizações codificadas nesta categoria, os esforços dos Ministros em detalharem seus entendimentos, concepções e princípios em referências conceituais potentes, capazes de revelarem suas posições políticas e suas defesas democráticas em relação ao papel e lugar da cultura brasileira. Nesta direção, Costa (2019) defende o entendimento da cultura como modo de vida e como revisão incessante de modos de vida, como recurso para encarar o que os modos consagrados de vida não resolvem, concepção percebida nos discursos dos Ministros, quando estes apresentam a cultura como central para a construção da identidade nacional e para o desenvolvimento do país. Dagnino (2005) defendia, já na primeira década do século XXI, que era insuficiente que as políticas culturais apenas fizessem referência à construção da participação e da cidadania. A argumentação da autora segue no sentido de que o significado democrático desses princípios seja reafirmado e expandido, para que as políticas culturais, que eles venham a orientar, possam se contrapor à hegemonia neoliberal e seus efeitos de aprofundamento das desigualdades.

Nessa perspectiva, na Categoria 2 – Política Cultural e na Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural, os resultados mostraram que o Ministro Gilberto Gil mencionou, indiretamente, vários paradigmas para apresentar a sua concepção de cultura e de desenvolvimento cultural, destacando em suas verbalizações que a cultura pode contribuir para o combate às barreiras de ordem social, econômica e simbólica. Também a Ministra Margareth destacou a ruptura com paradigmas que agredem a existência da cultura e de seus agentes.

Vale destacar o que testemunhou Botelho (2019), quanto ao início da gestão do Ministro Gilberto Gil, em que a autora descreve os reais esforços na criação de condições necessárias e indispensáveis para que o MinC recuperasse e aprofundasse a sua capacidade de formular e de implementar políticas públicas, ao tempo que incorporava a dimensão simbólica da cultura às dimensões do Governo Lula, a saber: cultura como inserção social e exercício da cidadania e como geração de trabalho, renda e divisas.

O discurso da Ministra Margareth trouxe limitações e desafios similares àqueles apresentados pelo Ministro Gilberto Gil, no entanto o cenário descrito por ela era ainda

mais desafiador, uma vez que o Ministério da Cultura havia sido extinto e sua primeira demanda definida pelo Presidente Lula foi a recriação do MinC (MENEZES, 2023).

Essas limitações e desafios compareceram nos discursos, na análise de conteúdo foram consolidados nas Categoria 4 – Limitações e Categoria 5 – Desafios para a institucionalização das políticas culturais, particularmente a existência do MinC. Enquanto o Ministro Gilberto Gil iniciou sua gestão com o desafio de repensar os conceitos e paradigmas de cultura frente às políticas de governo e suas ações de ampliação do arcabouço cultural, a Ministra Margareth se viu diante da possibilidade de implementação de políticas culturais, com o resgate da importância da cultura como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, pilar este evidenciado na recriação do Ministério da Cultura em um dos primeiros atos da gestão (MATA-MACHADO, 2023; MENEZES, 2023).

O cenário histórico das posses, 2003 e 2023, é carregado de simbolismo em função da mudança de diretriz que a chegada do Governo Lula anunciou em termos de participação democrática dos protagonistas da área cultural e do acesso à cultura para todos os brasileiros. Calabre (2019) enfatiza que os primeiros quatro anos do Governo Lula foram de construção real do MinC na gestão do Ministro Gilberto Gil, tendo em vista as transformações necessárias suscitadas naquele momento histórico. Já a Ministra Margareth tomou posse em um MinC recém recriado, na esteira de fragilidades impostas ao setor cultural por múltiplos fatores. Ambos tomaram posse em momento carregado de expectativas por mudanças no setor da cultura e do país como um todo. Assim, no direcionamento de seus discursos, os ministros asseguraram a importância da figura do Presidente Lula (GIL, 2003; MENEZES, 2023). Os ministros mencionaram o Presidente Lula em um conjunto de verbalizações que compuseram uma categoria específica de análise, na Categoria 6 – Menção ao Presidente, distinta das categorias *à priori* que foram formuladas a partir dos referências da literatura, essa categoria emergiu diretamente dos discursos. Embora se apresente transversal às demais categorias, as distribuições das frequências destacada nos discursos, bem como a importância e a consideração atribuídas ao Presidente Lula nas verbalizações dos ministros, possibilitaram a identificação de um núcleo de conteúdos comuns codificados como Menção ao Presidente, não somente pelo início de seu terceiro mandato, mas, sobretudo, pela relevância histórica dada à cultura durante seu governo e sua trajetória de vida (MENEZES, 2023).

O surgimento da Categoria 7 – Referência Autobiográfica dos ministros mostra a relação direta entre a figura do Presidente Lula e os escolhidos para ocuparem a pasta da

cultura. O protagonismo dessas três personalidades brasileiras, reconhecidas por suas histórias pessoais, trajetórias profissionais e impacto nos setores e atividades aos quais se dedicaram, são expostas e, de certo modo, celebradas em função das camadas de superação que cada um deles carrega, em vários aspectos de seus desenvolvimentos como pessoas, como cidadãos e como políticos.

Botelho (2019) afirma que o Brasil, a partir de 2003, com a chegada do compositor Gilberto Gil à frente do MinC, passa a ter experiências concretas que ilustram a democracia cultural e uma alteração significativa na institucionalidade do setor cultural no país. Ao referenciarem suas autobiografias, os ministros se conectaram com sua história e recuperaram valores, concepções, potenciais, que eles colocaram à disposição da cultura do país ao longo de suas vidas e carreiras. O percurso individual de cada protagonista criou as marcas de distinção observadas em seus discursos (Bourdieu, 2007), como as destacadas por suas origens, raça, gênero, formação, e todo campo simbólico e subjetivo que os caracterizam. No discurso de posse diante de seus ouvintes, trouxeram essas marcas para de certo modo validar e representar os anseios de mudanças que a cultura pode oferecer. Dito de outro modo, a Categoria 7 mostrou a capacidade dos ministros em encontrarem caminhos e lacunas no sistema, para conquistarem seus objetivos e do mesmo modo, se colocarem a disposição da cultura do Brasil.

As perspectivas de mudanças se anunciaram nos discursos dos ministros, com direcionamento em relação ao tratamento destinado à cultura dentro do governo. Conforme destaca Calabre (2007), as expectativas de mudanças na institucionalização da cultura no Brasil remetem à década dos anos de 1930. A chegada do Ministro Gilberto Gil reacendeu essa perspectiva ao reposicionar a política cultural como um bem de todos como cidadãos, com papel ativo para além de beneficiário de política de acesso (MORAES, 2019). A Ministra Margareth, ao endereçar seu discurso aos fazedores de cultura, enfatizou a perspectiva de mais recursos para a área e possibilidade de transformar a cultura do Brasil em uma potência também econômica. Essas mudanças e potenciais foram interpretadas a partir das verbalizações que constituíram a Categoria 8 – Perspectivas. Essa categoria obteve uma frequência expressiva que demonstrou o tom esperançoso e com comprometimento responsável nos discursos proferidos.

Por fim, emergiu a última categoria dessa análise, A Categoria 9 – Referência à Gestão Anterior. Com uma frequência de 12,5% no discurso da Ministra Margareth Menezes e 5,8% da frequência total, esse conteúdo compareceu somente nas verbalizações da Ministra. Não foram pontuadas no discurso do Ministro Gilberto Gil

menções ou referências diretas ou indiretas às gestões anteriores ou seus antecessores. Essas menções reunidas na Categoria 9 foram inseridas não apenas por sua recorrência, mas principalmente pelas distinções entre o período imediatamente anterior à chegada da Ministra ao Ministério da Cultura, recriado na véspera de sua posse. A importância destacada pela ministra foi em relação à “refundação” do Minc e o rompimento com toda forma de exclusão de direitos vivenciada pelo setor cultural no período criticado pela Ministra. Por outro lado, a Ministra se reporta aos seus antecessores remotos, Ministro Gilberto Gil e Ministro Juca Ferreira, também indicados pelo Presidente Lula em seus primeiros mandatos, destacando a importância da gestão conduzidas por eles, agradecendo o legado deixado ao MinC e à cultura do Brasil, ao tempo que dá indicação de retomada de algumas políticas daquele momento para poder avançar no novo MinC.

É importante salientar que tanto o Ministro Gilberto Gil, quanto a Ministra Margareth Menezes romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos, a despeito do Ministro Gil não ter mencionado Francisco Weffort ou o governo FHC em seu discurso de posse (BARBALHO, 2019; MORAES, 2019).

O estudo possibilitou identificar os principais conceitos, paradigmas e perspectivas presentes nos discursos dos ministros da cultura do Brasil proferidos nos anos 2003 e 2023. Também permitiu identificar algumas limitações e desafios para a concretização de políticas culturais destacadas pelas muitas idas e vindas na existência do MinC. Foi possível também conhecer e aprofundar acerca das pessoas por trás dos políticos e gestores que assumiram um Ministério tão importante, como o Ministério da Cultura.

Assim, este estudo se apresenta como uma contribuição para a verificação dos conteúdos presentes nos discursos de posse e seus desdobramentos em políticas públicas, como o que foi verificado tanto no discurso do Ministro Gilberto Gil, quanto nos estudos da área. É uma contribuição também no sentido de socializar o discurso da Ministra em texto escrito, tendo em vista que, até dezembro de 2023, não foi localizado o discurso transcrito na íntegra pelas buscas realizadas no site do MinC e da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo federal, nas mídias ou sites de busca. O discurso analisado também pode servir de linha de base para o acompanhamento das proposições lançadas pela Ministra Margareth na efetivação da transformação de seu discurso em políticas culturais. E, para finalizar, foi constatado pelos dados analisados a centralidade da política cultural ou das políticas culturais, centralidade essa, defendida pelos estudiosos mais expressivos da área.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; FERRON, Fabio Maleronka (2019). Cultura e política: A criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173-193, jan/abr. 2019.

BARBALHO, Alexandre (2019). Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura e questões a partir de “políticas culturales y crisis de desarrollo”. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, p. 89-99

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, p. 60-63

BAUER, Martin W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e George Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 189-217.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOTELHO, Isaura. A atualidade das intervenções de Canclini. In: BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 113-121.

BOTELHO, Isaura. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011. In: BARROS, J.M. e OLIVEIRA JUNIOR, J., (Org.). **Pensar e agir com a Cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

BRASIL. (1985), Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91144.htm, consultado em 08/11/2023.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

CALABRE, Lia. Sobre o Conceito de Políticas Culturais. In: BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 133-140.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata

(org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.

DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-66, jan./abr. 2005.

EL PAÍS. (2019), Chico Buarque: “Com esses ministros, é preferível que Cultura não tenha ministério” *El PAÍS*, 10/1. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546987601_960842.html. Acesso em 13/10/2023.

GIL, Gilberto. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

UNIFAE, (2015). Glossário de Termos Epistemológicos e de Metodologia Científica. Disponível em: <https://www.fae.br/portal/wpcontent/uploads2015/03/GLOSS.pdf> Acesso em: 15/11/2023.

MENEZES, Margareth. (2023). Discurso de Posse da Ministra da Cultura Margareth Menezes. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em vídeo. Transcrito na íntegra (Tomás Alves Tentes de Ourofino), a partir de mídia digital, vídeo. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/a-cultura-voltou-margareth-menezes-toma-posse-como-ministra>. Acesso em 03/11/2023.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **Política Cultural: fundamentos**. São Paulo: Ed. SESC São Paulo, 2023, p. 288.

MORAES, Marcelo Viana Estevão. Construindo a democracia cultural: cidadania, federação e participação. **Pol. Cult. Rev**, Salvador, v.12, n. 2, p 13-33, jul/dez, 2019.

Rubim, Antônio Albino Canelas. (2019). **Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina**. Políticas Culturais Em Revista, 12(1), p. 259–283.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. p. 155.

SEVERINO, José Roberto. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 123-131.

UNESCO. Declaração do México sobre Políticas Culturais. México, 1982. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DeclaracaodoMexico.1985.pdf>. Acesso em 27. nov.2023. Unesco.

UNESCO. Conferência Mundial da sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável. México, 2022. Disponível em https://www.segib.org/wp-content/uploads/MONDIACULT_PT_DRAFT-FINAL-DECLARATION_FINAL.pdf. Acesso em: 28/11/2023.

ANEXO A

"A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. O ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro.

É também nesse horizonte que entendo o desejo do presidente Lula de que eu assumo o Ministério da Cultura. Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo. E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros.

Que quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Que quero que esta aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira.

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos".

Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual.

Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira.

É preciso ter humildade, portanto. Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta.

Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.

Penso, aliás, que o presidente Lula está certo quando diz que a onda atual de violência, que ameaça destruir valores essenciais da formação de nosso povo, não deve ser creditada automaticamente na conta da pobreza. Sempre tivemos pobreza no Brasil, mas nunca a violência foi tanta como hoje. E esta violência vem das desigualdades sociais. Mesmo porque sabemos que o que aumentou no Brasil, nessas últimas décadas, não foi exatamente a pobreza ou a miséria. A pobreza até que diminuiu um pouco, como as estatísticas mostram. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil se tornou um dos países mais desiguais do mundo. Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira.

Ou o Brasil acaba com a violência, ou a violência acaba com o Brasil. O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um país de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como nos afirmar plenamente no mundo. Como sustentar a mensagem que temos a dar ao planeta, enquanto nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório. E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano.

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural, mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.

E não por acaso me referi, antes, ao plano internacional. Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios. Alguns dessas parcerias se desenham de forma quase automática, imediata, em casos como os dos ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional. Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Se há duas coisas que hoje atraem irresistivelmente a atenção, a inteligência e a sensibilidade internacionais para o Brasil, uma é a Amazônia, com a sua

biodiversidade e a outra é a cultura brasileira, com a sua semiodiversidade. O Brasil aparece aqui, com as suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização.

Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula, com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário internacional. E sobretudo temos de saber que recado o Brasil enquanto exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente deve dar ao mundo, num momento em que discursos ferozes e estandartes bélicos se ouriçam planetariamente. Sabemos que as guerras são movidas, quase sempre, por interesses econômicos. Mas não só. Elas se desenham, também, nas esferas da intolerância e do fanatismo. E, aqui, o Brasil tem lições a dar apesar do que querem dizer certos representantes de instituições internacionais e seus porta-vozes internos que, a fim de tentar expiar suas culpas raciais, esforçam-se para nos enquadrar numa moldura de hipocrisia e discórdia, compondo de nossa gente um retrato interessado e interesseiro, capaz de convencer apenas a eles mesmos. Sim: o Brasil tem lições a dar, no campo da paz e em outros, com as suas disposições permanentemente sincréticas e transculturativas. E não vamos abrir mão disso.

Em resumo, é com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o presidente Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e mais profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção.

Muito obrigado."

ANEXO B

Discurso de posse da Ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes, transcrito na íntegra, a partir de mídia digital, vídeo. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/a-cultura-voltou-margareth-menezes-toma-posse-como-ministra>. Acesso em 03/11/2023.

O discurso foi transcrito na íntegra, a partir do vídeo disponível no site da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, uma vez que não foi identificado o material escrito em texto, até a data de 08/11/2023.

“Obrigada a todos, boa noite. Que momento especial, eu quero saudar a todos aqui presentes. E vou usar assim, à mesa, saudar em nome da Janja, para saudar a todos, também externar o meu abraço ao Governador da Bahia que está aqui presente, todos os ministros e ministras que estão aqui presentes, aos deputados, senadores, a todos os trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Brasil, aos meus colegas artistas, à minha família, que está aqui presente também, meu irmão César representando minha família ali, a Márcia, minha companheira que está aqui também, muito obrigada.

Boa noite. A todos e a todas as autoridades já anteriormente citadas e ao povo desse país maravilhoso, afetuoso, forte, criativo e combativo. Boa noite a toda classe artística, a todos os técnicos, produtores, criadores, fazedores de cultura, aos funcionários de carreira do Ministério da Cultura, especialmente aos que atravessaram esses tempos tão difíceis do Brasil, minha salva de palma para vocês. Benção minha mãe, meu pai, que já estão no Orum, meus irmãos e irmãs, minha família, benção meus irmãos de luz e de fé, benção meus irmãos brasileiros.

Eu Margareth Menezes da Purificação, sou cidadã brasileira de raízes afro-indígena, criança nascida na periferia de Salvador, na península de Itapagipe, no estado da Bahia, do Nordeste brasileiro, cantora, compositora, sou artista popular e trago dentro do meu peito um amor pelo Brasil diverso, por esse povo lindo, forjado na resistência, símbolo de alegria de viver e da diversidade, que tanto nos orgulha, por sua capacidade de sínteses abertas e de reivindicações infinitas, reinvenções infinitas, desculpem.

Saindo do lugar de onde nos reunimos agora. Saúdo o lugar de onde nos reunimos agora, encruzilhada física e simbólica, que o Eixo Monumental, o Eixo Norte e Sul de Brasília, desenham no coração cerrado, sertão brasileiro, lugar de travessia que percorremos espiritualmente e corporalmente rumo ao futuro construído como nação. Não sem

percalços, é verdade, não sem perdas, como nos recentes anos que atravessamos, especialmente nós, do setor cultural. O encontro desses dois eixos rodoviários, formam no imaginário brasileiro, um ponto de confluência das inúmeras culturas, do Norte, Nordeste, Sul, Leste, Oeste do Brasil litorâneo, ao Brasil profundo, que se combinam numa identidade diversa, única, múltipla, mas sempre rica. Na cultura há sempre riqueza, tudo é riqueza. Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura moderna ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, a sabedoria do repente ao RAP transformador, o baile Funk, a ginga da capoeira, o samba, a literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura. Esse núcleo estético e ético da vida.

Temos no Brasil inúmeras carências de acessos a bens e serviços. Mas, uma cultura rica. Hoje, aqui juntos, damos início a desafiadora missão de refundar o Ministério da Cultura. Há quase 40 anos o MinC foi fundado como uma reconquista da redemocratização brasileira, reconhecendo que Cultura precisava de um Ministério que tratasse com exclusividade do tema. Foi a primeira batalha vencida pelos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, possibilitando o fortalecimento do setor cultural.

E, por que o MinC foi instinto? Obviamente não foi porque ele é irrelevante. Mas, justamente pelo contrário. Quem o extinguiu, sabe da nossa importância. Combate-se a cultura, quando se quer um país calado, obediente. A cultura incomoda, a cultura mexe, a cultura desobedece e floresce, e por isso ela é também expressão democracia e de direitos. Dela, a arte oxigena, porque revolve camadas profundas do nosso viver e do nosso ser.

Cultura e arte, são ferramentas de transformação constantes, independente das que tentaram brecá-las. Quanto mais se tenta freá-las, mais desafiadoras e revolucionárias elas renascerão. A arte é o exercício do talento, pessoas que dedicam a vida inteira, ao seu fazer artístico e por isso, o desmonte das políticas públicas da cultura, trouxe não só prejuízos econômicos, mas também muita dor.

Nos últimos anos, passamos por uma pandemia que ceifou milhares de vidas dos brasileiros e também dos profissionais de todas as áreas. Perdemos muitos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, entre elas, o querido ator Paulo Gustavo e o letrista, compositor Aldir Blanc. Dois artistas que são hoje potentes símbolos de luta, dos fazedores e fazedoras de cultura do Brasil. Durante a pandemia os artistas brasileiros sofreram como nunca, o prejuízo econômico do setor artístico cultural, foi de aproximadamente de 63 bilhões segundo pesquisas recentes. Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos,

as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver. Com isso, o próprio Brasil ficou mais calado, apequenado, triste. Tentaram nos calar.

Parte da travessia, acabou. Mas, houve resistência e ninguém soltou a mão de ninguém. Durante o período em que o Brasil ficou sem o MinC, tivemos apoio de parte significativa da sociedade brasileira, de muitos meios de comunicação e de congressistas que se solidarizaram com a nossa luta e ganharam de nós, todo o nosso reconhecimento, por terem atendido o nosso chamado de socorro.

E assim, aqui e agora, eu gostaria de agradecer aos deputados, senadores que foram sensíveis à pauta da cultura e que criaram e aprovaram importantíssimas Leis, Aldir Blanc, Paulo Gustavo. Uma salva de palmas para os nossos congressistas aqui presentes, Benedita da Silva, Jandira, pessoas dos estados também. Maravilha.

Para que estivéssemos aqui hoje, nesse lindo Museu da República, vendo o MinC renascer, foram necessárias muitas lutas. A primeira foi a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras do setor e a outra grande batalha foi a que trouxe a vitória do nosso Presidente Lula, amigo, aliado de primeira hora da cultura brasileira. Nessa vitória os artistas foram mais uma vez fundamentais, pelo seu poder de engajamento afetivo e mobilização dos nossos corações e mentes, com a nossa luta e tantas outras, o amor venceu o ódio, a tristeza e a truculência. Estávamos tristes, com medo, perseguidos e algumas vezes humilhados, mas agora abrimos mais uma vez nossos olhos, para esse encanto único que é o Brasil. Nossa casa que estava sendo demolida, de dentro para fora, a partir da sua alma que é a cultura.

Faremos parte da reconstrução do nosso país, como artistas, gestores, e agora mais que nunca, com a potência econômica. O MinC novo será central no processo de reencantamento do nosso país que foi propositadamente desencantado. Existem aqueles que têm vergonha da cultura brasileira, do Brasil encantado, do Brasil profundo, do Brasil real, que vive nas periferias, nos sertões, nos interiores, ou seja, das nossas culturas populares. Isso ocorre porque boa parte, vive da ostentação, vê a cultura como elemento de distração e ornamento. Não como algo vital em que na sociedade e na vida pessoal, como o sabemos os que vivem e trabalham de cultura e as nações mais evoluídas socialmente e intelectualmente, consideram a cultura como poder. Um poder de transformação.

A cultura é como a força motriz de um povo, é como sangue nas veias do corpo, que leva nutrientes vitais. As nossas conquistas foram alcançadas literalmente com sangue, suor e lágrima. A cultura brasileira é um caldeirão efervescente, um elixir

poderoso, é como cipó da visão da visão dos povos originários, é como a força inquebrantável dos ancestrais africanos, é como os anseios de sonhos de brancos, índios e negros, como a consciência de todos que já aprenderam o valor da democracia e de como é perversa a ignorância, e as injustiças sociais. Eu venho desse caldeirão, dessa luta, de muito sangue derramado, de muitas vidas perdidas para a violência do racismo estrutural. Eu venho ao lado dos que fizeram e fazem a arte e a cultura do nosso país, eu venho de lá da ponta, eu venho daí de vocês.

A cultura é a base primordial para a educação, pois ela é referência, é fator de desenvolvimento econômico e social, de inclusão e de cidadania. Mas, acima de tudo ela qualifica e conscientiza uma ideia profunda de democracia. Precisamos cada vez mais, dar visibilidade as nossas raízes diversas negras, indígenas, europeias, asiáticas, as bases populares que resultam das nossas tantas misturas, porque isso significa revolver o Brasil de baixo para cima e trazer à tona a lindeza plena de ser brasileiro, não apenas o retrato dos modos e gestos da elite do país. Isso significa inspiração para as novas gerações, revelação, revolução para o fortalecimento da nossa identidade nacional.

O MinC é uma conquista da cultura brasileira e dos trabalhadores e trabalhadoras dessa área. Que desde a sua fundação vem buscando ter o seu lugar, seu ministério pelo o que ele representa em termos de reconhecimento e identidade. Identidade essa nunca fechada, mas híbrida, diversa, séculos de encontro de pessoas de todos os continentes. Nesse sentido, o Brasil também é o lugar, onde desaguam múltiplos afluentes, para criar um manancial único, profundamente nutritivo da vida e da coletividade. Por mais problemas que tenhamos, somos vistos por outros países como reservatório lúdico e brincante, complexo e profundo, fruto da nossa alegria e resiliência diante da vida. Lugar de ritmos, cores, sabores, fazeres antigos e invenções de futuro. O Brasil é criadouro de esperança para o mundo. Por isso, a nossa indignação, quando essa riqueza é maltratada, quando não é cuidada como deveria. Como aceitar o fato de que todas as conquistas que o setor cultural já trouxe para o Brasil, incluindo imodéstias divisas econômicas, como aceitar que de repente, o Ministério da Cultura, o ministério dessa profunda riqueza tenha desaparecido por duas vezes do nosso horizonte? Nunca mais. Isso mexe profundamente com a nossa alma, desestabiliza o nosso potencial econômico e, portanto, estamos aqui para celebrar a sua volta, para dizer com força: nós merecemos o nosso ministério.

O Brasil tem uma das mais ricas e potentes forças de produção cultural do mundo. Que nosso MinC nunca mais desapareça. Nesse hiato de quatro anos, o tamanho de nossa perda é muito grande e vamos precisar de muito trabalho e paciência para revertê-la.

Retomando a atenção, a escuta e o cuidado com a comunidade cultural, vamos construir pontes que nos levarão ao futuro mais justo para os artistas e cidadãos brasileiros em geral, especialmente os jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, periféricos, isolados, anônimos e multidão, todos eles e elas portadores de direitos culturais, como direitos humanos da expressão e fruição simbólica, vamos lutar para ficar em paz com a dimensão cultural do Brasil, sair do caos para a riqueza que ela produz.

Estamos reconstruindo o MinC, mas não vamos partir do zero, muita coisa foi acumulada em termos de inteligência, sensibilidade, tecnologia brasileiras para a cultura. Nas últimas décadas, o Brasil ampliou a ideia de cultura, entendendo-a não só como arte, mas com as suas três dimensões, econômica, estética e cidadã. Com essa ideia tão potente a arte e o artista passarão a ser vistos como algo ainda maior. Se a cultura do Brasil é uma das mais influentes no mundo, é a sétima cultura mais influente do mundo, isso se deve ao seu povo, aos seus artistas, ao setor cultural. Precisamos voltar a ser respeitados e colocar o Ministério na afirmação dessa grandeza.

O Presidente Lula disse que não vai apenas governar, mas cuidar, e vem enfatizando a grande importância da cultura no seu governo e é isso que faremos, atuando em busca de acertar, de estabilizar o Ministério para que possamos ter políticas e cuidados estáveis e duradouros nessa área. Vamos a partir da cultura formar um país que nos eleva à alma para lutarmos, todos ganham com desenvolvimento cultural. Todos sabem, educação sem cultura é ensino, segurança sem cultura é repressão, saúde sem cultura é remediação, desenvolvimento social sem cultura é assistencialismo. Na verdade, todas as outras áreas precisam da cultura para serem elas mesmas. Assim a ideia de que a cultura está no centro, não é uma questão corporativista, mas da sociedade como um todo, está em cada uma das outras áreas a necessidade da dimensão cultural.

Quando o Presidente Lula me convidou para ser ministra, eu não respondi, mergulhei em mim, num silêncio profundo, preferi refletir, nesse silêncio por horas, horas e horas. Pedi um prazo, não foi? Ao final desse período de interiorização emocional e espiritual, veio junto todo significado de vir a ser a ministra da cultura do Brasil do governo Lula, a grande responsabilidade, a imensa tarefa, mas também, uma sensação de uma imensa alegria de poder estar aqui para conduzir o MinC, para o futuro que o povo brasileiro merece.

Não foi uma decisão fácil, pois ao longo dos meus 35 anos de carreira ininterrupta sofri na pele as dores da memória da escravidão e os golpes do racismo estrutural. Estou num momento potente da minha carreira. Fui chamada, sem nunca imaginar uma

possibilidade dessas na minha vida. Não obstante que o meu histórico com ações sociais, projeto de coletividade sempre estiveram presentes na minha caminhada e foram de uma forma absolutamente normal. Pensar coletivo, sentir coletivo fazem parte da minha inteligência ancestral tanto da minha raiz afro, quanto da minha raiz indígena.

Ao Presidente Lula, gostaria de agradecer o convite para ser a Ministra da Cultura do Brasil. É uma honra para mim, estar à frente desse chamado feito por um dos mais altos símbolos políticos de todo planeta. Um nordestino, como eu, que carrega em sua biografia uma história de luta do nosso povo. Povo esse enormemente capaz de superar, levantar e dar a volta por cima das dificuldades, porque é forte e criativo, capaz de tantas travessias e recombinações.

Foi por uma união de forças, afetividade e criatividade, três grandes elementos da alma brasileira, que pela terceira vez, Presidente Lula e o Brasil dos mais pobres, dos trabalhadores e trabalhadoras, dos que amam a democracia e dos republicanos, subiu a rampa do Planalto e recebeu a faixa presidencial das mãos do povo brasileiro, coisa nunca vista no mundo.

Ao Presidente Lula, povo brasileiro, meu abraço, meu carinho e agradecimento. Vencemos, o MinC está de volta. O Brasil que queremos está de volta. Uma chama inesquecível foi acesa por nós, no primeiro e segundo mandato do Presidente Lula, com o Ministério da Cultura regido pelo primeiro momento pelo Ministro Gilberto Gil, e no segundo momento pelo grande e querido Juca Ferreira. De ambos, sou amiga e admiradora há muitos anos. Se hoje estou aqui, assumindo o Ministério da Cultura é por conta do resultado do trabalho que eles fizeram. Eles construíram a ponto, acenderam os pontos de cultura, nos deram régua e compasso.

Eu mulher negra artista, que vem da cultura popular, quero representar e trazer comigo, a enorme força da cultura brasileira e em especial dos cerca de cinco milhões de trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Brasil. Bem antes do convite, eu já integrava o GT de cultura e aqui, eu peço licença, para citar e parabenizar pelo importante trabalho coletivo, o grupo de transição da Cultura, formado por Antônio Marinho, Áurea Carolina, Juca Ferreira, Kleber Lucas, Kleber Mendonça, Lucélia Santos, Márcio Tavares e Manoel Rangel e ainda, os integrantes da equipe técnica, Alexandre Galvão, Alexandre Santini, Carolina Abreu de Albuquerque, Carolina Guimarães e Salem, Cristiane Ramirez, Deborah Ivanovis, Derik Santana, Desirré Tosse, Eveline Berrad, Eulícia Esteves da Silva Vieira, Fabiano Piuba, Gênio Cerqueira, Hamilton Menezes, Jackson Raimundo, José Santana, Jefferson Assunção e Marcos Souza. Aplausos por favor.

Acompanhamos os diálogos e vimos os desmontes perversos das nossas políticas culturais e das instituições, vemos o tanto que sofreram a Fundação Palmares, o IPHAN, a Ancine, a Biblioteca Nacional, a FUNARTE, a Casa Rui Barbosa, o IBRAN. Mas, principalmente, junto com meus colegas, nós ouvimos as pessoas. Nessas escutas em diversos grupos de todas as áreas e linguagens, percebemos a profundidade do que aconteceu nos últimos anos. A criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras e a falta de entendimento do significado da força da produção cultural do Brasil. Me emocionei com inúmeros relatos de luta do meio da cultura, para o reconhecimento de seus direitos e a busca incessante de espaço e dignidade. Ouvi, acompanhei os diagnósticos e vi as vias de superação e chego agora às duas últimas palavras que darão o tom de nossa gestão no tratamento com servidores públicos da cultura, respeito e cuidado.

Há poucos metros desse belo Museu da República idealizado e construído por Oscar Niemeyer, um dos símbolos da capacidade técnica e criativa dos brasileiros, está localizado mais uma vez, no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, o Ministério da Cultura. Voltou o MinC para o lugar de onde nunca deveria ter saído, ou seja, do seu lugar na Esplanada e da relevância no imaginário do povo brasileiro. Está mais forte, com mais recursos e estrutura, do que em qualquer outro momento da sua história.

O MinC, o novo MinC, será o lugar da presença do setor artístico e cultural no Brasil, foi isso que o Presidente Lula me pediu. Que o Ministério da Cultura seja para os artistas e que a nossa cultura seja uma potência econômica. É hora de darmos as mãos, rearmos laços possíveis e superarmos as desavenças para realizarmos uma empreitada. É preciso ter coragem de construir o novo. É preciso para construir o país que queremos, com toda sua maravilhosa diversidade cultural. Ganhar e perder faz parte da democracia, e a dignidade é sinal de cidadania. Tentaram nos matar mais uma vez, mas como sabemos, o que não nos mata nos deixa mais fortes.

Quero agradecer também, a essa organização maravilhosa do AD, das pessoas que fizeram esse momento. Desde quando esse processo começou na minha vida, eu não tive tempo de pensar mais em mim. Foi um processo muito veloz, tudo que aconteceu e vem acontecendo. Mas, eu quero também dizer o seguinte, o MinC voltou para ficar. Viva o MinC, viva a cultura brasileira, viva a identidade nacional, viva os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, viva o Presidente Lula, viva o Brasil e Deus e os Orixás nos abençoe nessa jornada e Pelé, Pelé disse Love, Love, Love. Viva a Cultura do Brasil. Obrigada, Obrigada. Muito obrigada. Eu tenho que me acostumar né?

Aliás é o seguinte, já que eu sou uma artista, vou fazer uso dessa prerrogativa. Eu quero cantar. E vou cantar uma música que eu. Foi a primeira música que eu cantei, quando nós reunimos toda a equipe do GT da cultura, quando nós finalizamos o trabalho. É uma música simples, mas ela tem uma mensagem, uma música do grande poeta Capinam e o grande poeta e músico Roberto Mendes. A música se chama, Chamamento.

*Manda chamar os índios
Manda chamar os negros
Manda chamar os brancos
Manda chamar meu povo
Para o rei Brasil renascer
Renascer de novo.
Manda chamar os rios
Manda chamar a mata
Manda chamar a água
A terra, o ar e o fogo
Para o rei Brasil renascer
Renascer de novo.
Manda chamar Tupã
Manda chamar Olorum
Chamar o Deus do povo.
Para o rei Brasil renascer
Renascer de novo.
Axé. Obrigada*

E agora eu quero aproveitar e chamar aqui os secretários, que já foram definidos: Secretaria-Executiva da Cultura, Marcio Tavares; Secretaria de Comitês de Cultura Roberta Martins; Secretaria de Formação, Livro e Leitura, Fabiano Piúba; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural Zulu Araújo; Secretaria de Fomento e Economia da Cultura, Henilton Menezes; Secretaria do Audiovisual Joelma Gonzaga; Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais, Marcos Souza; Fundação Cultural Palmares, João Jorge Rodrigues; Fundação Biblioteca Nacional, Marco Lucchesi; Fundação Nacional das Artes (Funarte) Maria Marighella. E ainda acharemos, em breve, para presidir o IPHAN, IBRAN, a Fundação Casa Rui Barbosa.

Eu acho muito importante, dar ouvidos à sociedade civil, dar ouvidos aos que passaram lá na ponta, sabemos as nossas agruras, que essa renovação, esse renascimento, da refundação do Ministério da Cultura, cumpra a sua função, principalmente que seja uma casa onde a cultura, a arte e a diversidade, seja bem recebida e seja respeitada e que seja, uma casa dos artistas, dos fazedores de cultura do Brasil e também quero fazer um chamamento a todos nós, que nós viemos aqui pra Brasília, vamos aqui circular, vamos circular no Ministério da Cultura, vamos apoiar as políticas públicas, vamos apoiar o Governo Lula. Obrigada.”

ANEXO C

Livro de Códigos (Bauer, 2002)

Agrupamento	Categorias/Subcategorias	Descrição
1 Conceito	1. Conceito	“Representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário De Termos Epistemológicos E De Metodologia Científica, UNIFAE)
	1.1. Definição.	Frase ou período em que o discursante apresenta um conceito a partir de uma definição, original ou não.
	1.2. Anteposição.	Uso de um conceito como ideia contrária a outro conceito ou outra ideia.
	1.3. Simbolismo	Formulação de uma ideia por meio de expressões simbólicas ou metafóricas
	1.4. Distinção	
2 Política Cultural	2. Política Cultural ou Políticas Culturais	“Modo de intervenção, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11
3 Paradigmas em Política Cultural (García-Canclini)	3. Paradigmas	Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural.
	3.1 Mecenato liberal	Fundações industriais e empresas privadas Apoio à criação e distribuição discricionária da alta cultura Difusão do patrimônio e seu desenvolvimento através da livre criatividade individual
	3.2 Tradicionalismo paternalista	Estados, partidos e instituições culturais tradicionais Uso do patrimônio tradicional como espaço não conflituoso para a identificação de todas as classes Preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional
	3.3 Estatismo populista	Estados e partidos Distribuição dos bens culturais de elite e reivindicação da cultura popular sob o controle do Estado Afiançar as tendências da cultura nacional-popular que contribuem à reprodução equilibrada do sistema
	3.4 Privatização conservadora	Empresas privadas nacionais e transnacionais e setores tecnocráticos dos Estados

		Transferência das ações públicas na cultura ao mercado simbólico privado Reorganizar a cultura sob as leis do mercado e buscar o consenso através da participação individual no consumo
	3.5 Democratização cultural	Estados em instituições culturais Difusão e popularização da alta cultura Acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos à fruição dos bens culturais
	3.6 Democracia participativa	Partidos progressistas e movimentos populares independentes Promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas Desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos de acordo com suas próprias necessidades
4 Limitações	4. Limitações 4.1 Limites/ Fragilidades	Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.
5 Desafios	5. Desafios	Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.
	5.1 Meta/Tarefas	Referência a algo a ser alcançado ou realizado. Um fim que se almeja ou que se quer atingir. Metas a serem atingidas no <i>futuro</i> .
6 Menção ao Presidente	6. Menção ao Presidente	Citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política. Menção ao Governo Lula
7 Referência autobiográfica	7. Referência autobiográfica	Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência à fato ou característica relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.
8 Perspectivas	8. Perspectivas	Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança.
	8.1 Mudanças 8.2 Potencial	Proposição que visa alteração, modificação, transformação Indicação de transições, variações e reformas
9 Referência aos Ministros Antecessores	9. Referência aos Ministros Antecessores	Citação ou referência às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC